

6. Participação variável no imposto sobre o Rendimento Das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2024

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para aprovação da Assembleia Municipal, o percentual relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para vigorar no ano de 2024, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 84214

Data: 29/09/2023

Assunto: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2024

PROPOSTA: Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artº 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do artº 25º e nºs 1 e 2 do artº 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2024.

Submete-se à apreciação do executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2024.

Considerando que:

- a) De acordo com a alínea f), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes, da mesma Lei;
- b) Nos termos da alínea c) do nº 1, do artigo 25º e do nº 1, do artigo 26º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1, do artigo 78º do Código do IRS;

Considerando, ainda:

- a) A carga fiscal que onera as famílias nos últimos anos;
- b) A perda de poder de compra das famílias em resultado das fortes pressões inflacionistas.

Propõe-se que:

O Executivo Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprove e submeta à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artº 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do artº 25º e nºs 1 e 2 do artº 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 3,00% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2024, significando para as famílias bracarenses uma redução de 0,25 pontos percentuais face ao ano anterior, e 1,85 pontos percentuais quando comparado com o ano 2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Ricardo Rio